

Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S/A

CNPJ/MF nº 46.416.494/0001-90

Ata da Assembleia Extraordinária da Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. realizada em 12 de novembro de 2024

1. Data e Horário: Ao 12º (décimo segundo) dia do mês de novembro de 2024, às 10:00 horas. **2. Local:** Assembleia realizada na sede da Companhia estabelecida na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Parque Viracopos, Campinas, SP, CEP 13052901. **3. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade dos acionistas fundadores/subscritores, a seguir nomeados e qualificados: (a) **Yangtze Administradora de Participações Societárias Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.130.631/0001-26, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.238.985.830, com sede situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2369, Conjunto nº 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01452-922, neste ato representada por **Rodrigo Antonio Souza Pacheco**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, data de nascimento 07/01/1983, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.497.419-05, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.551.934-4 SESP/PR, portador da CNH sob o nº 01956384766 DETRAN/SP, residente e domiciliado na Rua Paulo Graesser Sobrinho, nº 1.118, Casa L, São Francisco, Curitiba, Paraná, CEP 80.510-170. (b) **Hera Administradora de Participações Societárias Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.129.665/0001-09, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.238.985.422, com sede situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2369, Conjunto nº 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01452-922, neste ato representada por **Priscila Souza Pacheco Massa**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, data de nascimento 02/09/1986, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.058.121-0 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.245.609-06, residente e domiciliada na Rua Paulo Graesser Sobrinho, nº 1.118, Casa L, São Francisco, Curitiba, Paraná, CEP 80.510-170. **4. Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa, por consenso dos presentes, o sr. **Rodrigo Antonio Souza Pacheco**, anteriormente qualificado, que convidou o sr. **Leonardo de Almeida Souza**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PR 107.281, com escritório profissional localizado na Rua Gabriel Freccero de Miranda, nº 202, Casa 02, Xaxim, Curitiba, Paraná, CEP 81.810-480, para secretariar os trabalhos. **5. Providências Preliminares:** (I) O Presidente da Mesa declarou instalada a Assembleia, informando, como era de conhecimento de todos que a mesma tinha como objetivo: (II) Aumentar o capital social de R\$ 12.252.226,00 (doze milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais), divididos em 12.252.226 (doze milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal para R\$ 33.029.570,00 (trinta e três milhões, vinte e nove mil, quinhentos e setenta reais), divididos em 33.029.570 (trinta e três milhões, vinte e nove mil, quinhentos e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (III) Informou, ainda, que os boletins de subscrição (Anexos II e III) do capital social encontravam-se sobre a mesa. Os acionistas subscreveram e integraram a quantia R\$ 20.777.344,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais). (IV) O projeto de Estatuto Social foi entregue a todos os presentes, foi lido, discutido e aprovado por unanimidade, tendo sido assinado digitalmente por todos os acionistas. (V) Considerando o cumprimento dos requisitos preliminares, declarou alterado o capital social da Matriz referente a Sociedade por Ações de Capital Fechado denominada **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S/A** ("Companhia"), que será regida pelo Estatuto Social igualmente aprovado. **6. Deliberações:** Foi aprovado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **6.1.** O aumento de capital da Matriz referente a Sociedade por Ações de Capital Fechado denominada **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S/A** ("Companhia"). **6.2.** A aprovação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I à presente ata. **6.3.** A aprovação dos boletins de subscrição (Anexos II e III) do capital social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada pela Secretária, pelo Presidente da Mesa e por todos os acionistas fundadores/subscritores presentes. **12. Campanias, 12 de novembro de 2024. Membros da Mesa:** **Rodrigo Antonio Souza Pacheco** – Diretor Presidente (assinado digitalmente); **Leonardo de Almeida Souza** – Advogado Secretário da Assembleia – OAB PR 107.281 (assinado digitalmente); **Priscila Souza Pacheco Massa** – Diretora Administrativa Financeira (assinado digitalmente). **Acionistas:** **Yangtze Administradora de Participações Societárias Ltda.** (assinado digitalmente); **Hera Administradora de Participações Societárias Ltda.** (assinado digitalmente). **Anexo I:** Estatuto Social Alterado e Consolidado Conforme Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2024. **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º** – a **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S/A**, é uma Sociedade por ações de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Lei 6.404/1976. **Artigo 2º** – A sede da Companhia tem sua sede e foro na estabelecida na Rodovia Santos Dumont, Km 66, S/N, Parque Viracopos, Campinas, SP, CEP 13052901, com alteração a ser desenvolvida no Aeroporto de Viracopos. **Parágrafo 1º** – A Companhia, por deliberação da diretoria, poderá abrir, alterar, extinguir, filiais, depósitos, escritórios e outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Parágrafo 2º** – A Companhia possui a filial 01, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0002-71, registrada sob o NIRE 26902041781, situada na situada na Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 416, Torre C, Pina, Recife, Pernambuco, CEP 51110160, com objeto social de exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem, serviços de entrega rápida, operador de transporte multimodal OTM, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, com prazo de duração por tempo indeterminado. **Parágrafo 3º** – A Companhia possui a filial 02, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0003-52, registrada sob o NIRE 13920014764, situada na situada na Rua Apucarana, nº 5, Novo Israel, Manaus, Amazonas, CEP 69039400, com objeto social de exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem, serviços de entrega rápida, operador de transporte multimodal OTM, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo. **Parágrafo 4º** – A Companhia possui a filial 03, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0004-33, situada na Rodovia Santos Dumont, Km 66, S/N, Parque Viracopos, Campinas, SP, CEP 13052901, com objeto social de exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem, serviços de entrega rápida, operador de transporte multimodal OTM, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo. **Parágrafo 5º** – A Companhia possui a filial 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0005-14, registrada sob o NIRE 13920020616, situada na Avenida Santos Dumont, nº 1350, Taruma, Sala 607 B, Manaus, Amazonas, CEP 69041-000, com objeto social de exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem, serviços de entrega rápida, operador de transporte multimodal OTM, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, atividades de armazenamento e depósito de produtos com emissão de warrant. **Parágrafo 6º** – A Companhia possui a filial 05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0006-03, registrada sob o NIRE 15902053496, situada na Avenida Pará, S/N, Sala B, Val-de-Cães, Belém, Pará, CEP 66.115-565, com objeto social de exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem, operador de transporte multimodal otm, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, atividades de armazenamento e depósito de produtos com emissão de warrant, com prazo de duração por tempo indeterminado. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto social: Exploração de transporte aéreo de cargas e passageiros na modalidade de linhas aéreas, regular e não regular, taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista, importação e exportação de aeronaves e peças, serviços aéreos especializados de fotografias, aero cinematográfica e aero reportagem, hangaragem, assessoria aeronáutica, locação de aeronaves sem tripulação, organização logística do transporte de carga, atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campo de aterrissagem,

serviços de entrega rápida, operador de transporte multimodal OTM, agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, atividades de armazenamento e depósito de produtos com emissão de warrant, Transporte e armazenamento de produtos farmacêuticos, farmoquímicos, químicos, produtos farmacêuticos controlados 344, produtos para saúde, cosméticos, saneantes domissanitários, produtos alimentícios e alimentos na modalidade aérea. **Parágrafo Único** – Para a consecução de seu objeto social, a Companhia poderá participar do capital social de outras sociedades que desenvolvam atividades iguais ou similares às atividades desenvolvidas pela Companhia. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capítulo II – do Capital Social e das Ações:** **Artigo 5º** – O capital social da Companhia totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional é de 33.029.570,00 (trinta e três milhões, vinte e nove mil, quinhentos e setenta reais), divididos em 33.029.570,00 (trinta e três milhões, vinte e nove mil, quinhentos e setenta) ações ordinárias, sem valor nominal ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** – Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76 e o Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo 2º** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Parágrafo 3º** – As ações preferenciais em dinheiro a voto ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, se criadas pelo Estatuto Social da Companhia, não poderão ser convertidas em ações ordinárias com direito a voto. **Parágrafo 4º** – As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 5º** – As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes, sendo que, em caso de emissão de títulos ou certificados representativos de ações, estes serão assinados por 02 (dois) Diretores. **Artigo 6º** – As ações ou títulos que as representem serão assinados por 02 (dois) diretores e cada ação corresponderá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Único** – Nos termos do artigo 181, parágrafo 1º da Lei 7565/1986, é vedada a conversão de ações preferenciais sem direito a voto em ações com direito a voto. **Artigo 7º** – A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Capítulo III – da Assembleia Geral:** **Artigo 8º** – A Assembleia Geral constitui órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar a decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 9º** – A Assembleia Geral se reunirá: (a) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei de Sociedade por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, desde que observadas as prescrições legais e estatutárias. **Artigo 10º** – As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos acionistas e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Parágrafo 1º** – A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei das S.A., com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. **Parágrafo 2º** – Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Artigo 10º (décimo), será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/1976. **Artigo 11º** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do artigo 126, § 1 da Lei 6.404/1976. **Parágrafo Único** – Será permitida a participação dos Acionistas nas Assembleias Gerais por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação e comunicação entre os participantes, sendo para tanto considerados presentes nas Assembleias Gerais e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da mesa, por carta ou correio eletrônico, logo após o término da reunião. **Artigo 12º** – Todas as matérias serão deliberadas em Assembleia Geral por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas à aprovação qualificada, nos termos da Lei 6.404/1976. **Parágrafo Único** – Além das matérias sujeitas à aprovação qualificada, nos termos da Lei de Sociedade por Ações, as seguintes matérias poderão ser aprovadas mediante voto afirmativo de acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante: (i) Alteração ou reforma do Estatuto Social; (ii) Criação de ações preferenciais, emissão, pela Companhia, de quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária, inclusive ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição; (iii) Operações de reorganização societária ou consolidação de negócios da Companhia (incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão ou transformação); (iv) Mudança do objeto social da Companhia; (v) Deliberação para a liquidação ou dissolução da Companhia; (vi) Alienação ou aquisição pela Companhia de participação societária em qualquer outra sociedade; (vii) Emissão de debêntures ou partes beneficiárias; (viii) Contratação, renegociação ou refinanciamento de empréstimos ou de qualquer tipo de endividamento pela Companhia, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma operação ou uma série de operações nos últimos 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto; (ix) Outorga de garantias e/ou operação ou criação de gravames de quaisquer bens e ativos da Companhia ou de quaisquer sociedades controladas ou investidas pela Companhia, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma operação ou uma série de operações nos últimos 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto; (x) Transferência, alienação ou cessão, ainda que gratuita, de quaisquer bens ou ativos da Companhia, que envolvam valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma operação ou uma série de operações nos últimos 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto; (xi) Celebração de quaisquer contratos, acordos ou operações, bem como, a assunção de obrigações em nome da Companhia que envolvam valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma operação ou uma série de operações nos últimos 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto; (xii) Aumento ou redução do capital social, resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento envolvendo ações; (xiii) Alienação de qualquer propriedade intelectual detida pela Companhia; (xiv) Fixação da venda global para a remuneração dos administradores relativa ao exercício em questão; (xv) Destinação dos lucros, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio e criação de reservas de capital, exceto as obrigatórias; (xvi) Outorga pela Companhia de fianças, avais ou quaisquer outras garantias para terceiros; (xvii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, quando necessário ou conveniente, e a fixação de sua remuneração; e a eleição dos Diretores da Companhia e o detalhamento das funções, atribuições e limites de atuação dos membros da Diretoria. **Artigo 13º** – Compete ao presidente da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não computando o voto proferido com violação a tais acordos, em observância ao disposto no artigo 118, parágrafo 8 da Lei 6.404/1976. **Capítulo IV – Diretoria:** **Artigo 14º** – A companhia será administrada por uma Diretoria eleita pelos acionistas, à qual cabe a administração corrente da Companhia, tendo os diretores poderes para gerir os negócios sociais, de acordo com as atribuições e sujeitos às disposições legais e estatutárias. Os Diretores serão eleitos para mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** – Sem prejuízo do disposto no caput, compete à diretoria: (i) Admitir e demitir empregados e contratar prestadores de serviços, fixando as respectivas remunerações; (ii) elaborar os planos de investimento e os orçamentos operacionais; (iii) elaborar o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício social; (iv) levantar balanços semestrais ou intermediários, quando indicado. **Artigo 15º** – A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 16º** – Como órgão executivo e de representação da Companhia, competirá à Diretoria a gestão corrente dos negócios sociais, observado o disposto na lei, Estatuto Social e o Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia. Adicionalmente, caberá à Diretoria representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. **Artigo 17º** – Todos os documentos que criem deveres e/ou obrigações para a Companhia, ou exonem terceiros de deveres e obrigações para com a Companhia, deverão necessariamente ser assinados por 2 (dois) Diretores, sempre em conjunto, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, para a assinatura de quaisquer os documentos que sejam relacionados com: (a) a aquisição, alienação ou operação de bens imóveis pela Companhia; (b) a aquisição, alienação ou operação de qualquer propriedade industrial desenvolvida ou adquirida pela Companhia; (c) a aquisição, direta ou indireta, de participações societárias em outras sociedades; (d) qualquer operação envolvendo gastos, despesas ou compromissos para a Companhia em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma transação ou em uma série de transações dentro de um período de 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto; e (e) a prática de quaisquer outros atos e assinatura de quaisquer documentos que criem deveres e/ou obrigações à Companhia e/ou que exonem terceiros de deveres, obrigações e responsabilidade para com a Companhia, envolvendo valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma transação ou em uma série de transações dentro de um período de 12 (doze) meses relacionadas ao mesmo objeto. **Artigo 18º** – A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração global da Diretoria. **Artigo 19º** – Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos. **Artigo 20º** – A Diretoria é composta por 2 (dois) Diretores, eleitos e destituíveis pelos acionistas da Companhia a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Administrativo Financeiro, ambas pessoas naturais residentes no país, eleitos para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** – Compete privativamente ao Diretor Presidente: (i) Exercer a direção geral da Companhia; (ii) Executar e zelar pela execução das deliberações das Assembleias Gerais; (iii) Coordenar e supervisionar as atividades operacionais da Companhia; (iv) Exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou que lhe tenham sido designadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** – Compete privativamente ao Diretor Administrativo Financeiro: (i) Planejar, propor e implementar o orçamento econômico-financeiro da Companhia; (ii) Coordenar a área financeira e contábil da Companhia; (iii) Implementar a política fiscal e financeira da Companhia; (iv) Coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 21º** – A Companhia será representada: (a) Individualmente pelo Diretor Presidente; (b) Por um Diretor, em conjunto com um procurador; ou (c) por dois procuradores, conjuntamente. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá ser representada por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, desde que constituído nos termos deste Parágrafo Único e agindo dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos e conter prazo de validade limitado de, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste Parágrafo Único não se aplica às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos (ad judicial), assim como para representação perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, as quais poderão ser outorgadas por tempo indeterminado e com a possibilidade de subestabelecimento de poderes. **Artigo 22º** – Os atos praticados por qualquer Diretor, procurador ou empregado que

envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tal como concessão de fiança, aval, endosso ou qualquer outra garantia em favor de terceiros, são expressamente proibidos, nulos e inoperantes perante a Companhia, exceto se prévia e expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** – Os procuradores da Companhia serão constituídos e nomeados por procuração escrita, assinada pelo Diretor Presidente, com validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade da procuração, ressalvadas as procurações ad judicium, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 23º** – Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, caberá ao Diretor Administrativo Financeiro a convocação de Assembleia Geral para eleição do substituto. **Artigo 24º** – Em caso de vacância do cargo de Diretor Administrativo Financeiro, caberá ao Diretor Presidente a indicação do substituto, devendo a eleição ser ratificada pela Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal:** **Artigo 25º** – O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, instalado a qualquer momento, quando solicitado pelos acionistas detentores de no mínimo 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, e composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei 6.404/1976. **Parágrafo 1º** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** – Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI – Exercício Social, Distribuições e Reservas:** **Artigo 26º** – O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo 1º** – A companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento aos requisitos legais, ou para atender aos interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Assembleia Geral. Caso distribuídos, esses dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 2º** – Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório ad referendum da Assembleia Geral. **Artigo 27º** – O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: (i) A parcela de 5% (cinco por cento) será destinada para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/1976. **Parágrafo 1º** – Depois de deduzidas as perdas acumuladas, as provisões para o imposto de renda e depois de feitos os ajustes referidos no artigo 202 da Lei 6.404/1976, bem como qualquer outra reserva devidamente aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Todas as ações ordinárias da Companhia participarão em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII – Liquidação:** **Artigo 28º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará um Conselho Fiscal e seu funcionamento, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo VII – Disposições Gerais:** **Artigo 29º** – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado nos referidos acordos. **Artigo 30º** – Eventual acordo de acionistas, que esteja devidamente arquivado na sede da Companhia, que discipline a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto e o poder de controle e outros temas, será sempre observado pela Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 31º** – Todas as divergências, conflitos ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei 9.307/1996, administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial de São Paulo – CEMAAC, de acordo com o seu Regulamento de Arbitragem vigente à época da instauração da arbitragem. A sede da Arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e os custos da arbitragem, peritos, tradutores, intérpretes, stenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, incluindo os honorários profissionais de advogados, honorários advocatícios de sucumbência e eventual indenização por litigância de má-fé, serão arcados pela parte perdedora, entretanto, restando a parte perdedora dispensada da condenação ao pagamento de despesas com fotocópias, autenticações, consulatárias e viagens. **Parágrafo Único** – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para recurso ao Poder Judiciário com o objetivo de, quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo que qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **Artigo 32º** – Em caso de qualquer conflito, controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência, de qualquer natureza, oriundo ou relacionado, direta ou indiretamente, a este Estatuto Social, envolvendo qualquer dos acionistas, administradores ou a Companhia, as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade, qualquer das Partes Envolvidas ("Parte Requerente") poderá notificar a outra ("Parte Requerida") de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por este Artigo 32º, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão se reunir para tentar resolver tal conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito"). Exceto se de outro modo estabelecido neste Estatuto Social, caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução, dentro de um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito pela Parte Requerida à Parte Requerente, então o Conflito será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial de São Paulo – CEMAAC. **Parágrafo 1º-SE**, dentro do período de 30 (trinta) dias seguintes à entrega da Notificação de Conflito, qualquer das Partes Envolvidas considerar remota a possibilidade de obter uma solução amigável, poderá enviar à outra Parte Envolvida uma notificação encerrando as negociações ("Notificação de Encerramento das Negociações"). Decorridas 24 (vinte e quatro) horas da entrega da Notificação de Encerramento das Negociações, então o Conflito será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara. **Parágrafo 2º** – A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento do protocolo do requerimento da arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"), de acordo com o disposto na Lei nº 9.307/1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem") e com o estipulado a seguir neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º** – A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"). Caberá à Parte Requerente, de um lado, indicar o primeiro árbitro, e à Parte Requerida, de outro, indicar o segundo árbitro. Havendo mais de uma Parte Requerente, todas elas indicaram de comum acordo um único árbitro; havendo mais de uma Parte Requerida, todas elas indicaram de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas dentro do prazo a ser fixado pela Câmara. **Parágrafo 4º** – Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara, de acordo com o Regulamento de Arbitragem. **Parágrafo 5º** – A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. **Parágrafo 6º** – A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo 7º** – A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, estando vedada a utilização da equidade. **Parágrafo 8º** – A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, contados da apresentação das alegações iniciais das Partes Envolvidas ao Tribunal Arbitral, prazo que poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral. **Parágrafo 9º** – A arbitragem será sigilosa e conduzida em caráter confidencial. **Parágrafo 10º** – As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes Envolvidas e seus sucessores a qualquer tempo, não cabendo qualquer recurso contra essas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral fica autorizado a proferir sentenças parciais caso entenda necessário. **Parágrafo 11º** – Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá se valer do disposto no artigo 22, Parágrafo 4.º, da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral poderá manter, modificar ou revogar medidas de urgência anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. **Parágrafo 12º** – Para (i) o requerimento de medidas de urgência antes da instalação do Tribunal Arbitral, (ii) execução das decisões da arbitragem, (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem; e (iv) os Conflitos que, por força da legislação brasileira, não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando as Partes Envolvidas a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Parágrafo 13º** – O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto Social, nas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes fatores: (i) a nova disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente sejam prejudicadas; e (iii) a consolidação na circunstância não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante às Partes Envolvidas nos procedimentos em questão. Campinas, 12 de novembro de 2024. **Yangtze Administradora de Participações Societárias Ltda.**, neste ato representada por Rodrigo Antonio Souza Pacheco (assinado digitalmente); **Hera Administradora de Participações Societárias Ltda.**, neste ato representada por Priscila Souza Pacheco Massa (assinado digitalmente). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 426.239/24-6 em 22/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



| Toméa S.A. <i>(em constituição)</i> | |
|--|--|
| Ata da Assembleia Geral de Constituição | |
| <p>1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 14 de março de 2022, às 16 horas, na sede social da Toméa S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, n.º 275, 10º andar, sala 1, Centro, CEP 01.013-906. 2. Presença: Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital inicial da Companhia, a saber: (a) B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o n.º 09.346.601/0001-25, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 3530035145-2, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP 01.010-901, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu Vice-Presidente da Unidade de Infraestrutura para Financiamentos, Sr. Marcos Vanderlei Belini Ferreira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 37.127.867-3 (SSP/SP), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (“CPF”) sob o n.º 203.593.732-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Praça Antônio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP 01.010-901; e (b) BLK Sistemas Financeiros Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.477.474/0001-01, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 3522222526-1, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.327, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por seu Diretor, Sr. André Veiga Milanez, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.681.961-5 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 272.694.978-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.327, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011. 3. Mesa: Após eleitos pelos acionistas fundadores acima qualificados, os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Vanderlei Belini Ferreira e secretariados pela Sra. Débora Benassi. 4. Ordem do Dia: Os acionistas fundadores reuniram-se para deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob a denominação de Toméa S.A.; (ii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iii) a subscrição e integralização do capital social da Companhia; (iv) a eleição dos diretores da Companhia; (v) a remuneração global dos Diretores da Companhia; e (vi) a definição dos jornais em que a Companhia realizará as suas publicações legais. 5. Deliberações: Após a discussão das matérias, os acionistas fundadores, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação Toméa S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, n.º 275, 102 andar, sala 1, Centro, CEP 01.013-906. 5.2. Aprovar o Estatuto Social da Companhia, que compõe a presente ata na forma do Anexo I. 5.3. Aprovar, sem quaisquer ressalvas, a subscrição de 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, as quais são, neste ato, subscritas pelos acionistas fundadores abaixo indicados, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando, portanto, um preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais). 5.4. A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia são ora subscritas e integralizadas pelos acionistas fundadores presentes, de acordo com as seguintes proporções: (a) a acionista B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acima qualificada, subscreve e integraliza, neste ato, 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de subscrição total de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), integralizadas em moeda corrente nacional mediante a transferência de recursos para a conta bancária da Companhia, conforme o Boletim de Subscrição assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo II; e (b) a acionista BLK Sistemas Financeiros Ltda., acima qualificada, subscreve e integraliza, neste ato, 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de subscrição total de R\$ 1,00 (um real), integralizada em moeda corrente nacional mediante a transferência de recursos para a conta bancária da Companhia, conforme Boletim de Subscrição assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo III. 5.5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia. 5.6. Em seguida, nos termos do Estatuto Social, os acionistas fundadores elegeram, por unanimidade, para um mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data e a se encerrar na Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os seguintes diretores: (i) o Sr. Marcos Vanderlei Belini Ferreira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 37.127.867-3 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 203.593.732-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Praça Antônio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP 01.010-901, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) o Sr. André Veiga Milanez, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.681.961-5 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 272.694.978-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Praça Antônio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP 01.010-901, para o cargo de Diretor sem Designação Específica; e (iii) o Sr. Rodrigo Antonio Nardoni Gonçalves, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.322.927-1 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 179.451.738-37, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Praça Antônio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP 01.010-901, para o cargo de Diretor sem Designação Específica. 5.6.1. Os Diretores ora eleitos são investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, conforme constantes do Anexo IV desta ata, nos quais declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. para a investidura como membros da Diretoria da Companhia, e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 5.7. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente pelos acionistas em Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa a reger a Companhia. 5.8. Aprovar o jornal <i>Valor Econômico</i> para ser o jornal de grande circulação a ser utilizado para as publicações determinadas pela Lei das S.A., quando necessárias. 5.9. Autorizar os diretores ora eleitos a ultimar todas as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 14 de março de 2022. <i>Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.</i> Mesa: Marcos Vanderlei Belini Ferreira, Presidente; Débora Benassi, Secretária. Acionistas Subscritores Fundadores: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Marcos Vanderlei Belini Ferreira, Vice-Presidente da Unidade de Infraestrutura para Financiamentos. BLK Sistemas Financeiros Ltda., André Veiga Milanez Diretor. Visto da Advogada Responsável: Débora Benassi, OAB/SP n.º 280.706. JUCESP/NIRE n.º 3530059013-9 em 04/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.</p> | |
| <p>ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Toméa S.A. (“Companhia”) é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, n.º 275, 10º andar, sala 1, Centro, CEP 01.013-906, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer praça do País ou do exterior. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social exercer as seguintes atividades: I. Desenvolvimento e operação de Sistemas de Registro de Ativos Financeiros, por meio de prestação de serviços de armazenamento, guarda e registro de informações referentes às garantias constituídas sobre veículos automotores ou imóveis em operações de crédito e à propriedade de veículos automotores objeto de arrendamento mercantil, nos termos da legislação aplicável; II. Prestação de serviços associados ao suporte a operações de crédito, incluindo a operacionalização de sistemas que permitem o armazenamento e o tráfego de dados destinados ao registro e controle de contratos de financiamento, de alienação fiduciária, de arrendamento mercantil, de compra e venda com reserva de domínio ou de penhor e de informações relativas a inserções, manutenção, baixas e cancelamentos de garantias ou gravames registrados perante os órgãos reguladores e demais órgãos competentes; III. Constituição de banco de dados e atividades correlatas, incluindo processamento e inteligência de dados; IV. Prestação de serviços relacionados aos dados processados, envolvendo assuntos que interessem à Companhia e aos participantes dos mercados em que ela direta ou indiretamente atua, incluindo, mas não se limitando a padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; V. Prestação de serviços relacionados (i) a operações registradas nos sistemas administrados pelas empresas do grupo, e (ii) ao suporte a operações de crédito, financiamento e arrendamento mercantil, ou a operações registradas nos sistemas administrados pelas empresas do grupo e outros mercados e segmentos afins, inclusive por meio do licenciamento e operação de sistemas e plataformas de tecnologia da informação envolvendo, dentre outros, o segmento de veículos automotores, o setor imobiliário, o mercado de energia, agronegócio, seguros, resseguros, previdência, títulos de capitalização e consórcios, nos termos da regulamentação aplicável; VI. Prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, incluindo, mas não se limitando a, serviços auxiliares a análises de clientes e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro; VII. Exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social; e VIII. Participação no capital de outras sociedades ou associações, sedadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada. Artigo 42. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalmente integralizado e dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de partes beneficiárias. Parágrafo Único. As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Artigo 6º. A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, mediante convocação do Diretor</p> | <p>Presidente, na forma da Lei das S.A. Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei das S.A. com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Artigo 7º, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei das S.A. Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses. Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. Parágrafo Quinto. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior. Parágrafo Sexto. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Parágrafo Sétimo. A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. Parágrafo Oitavo. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente. Em caso de ausência do Diretor Presidente e, caso este não tenha indicado pessoa para substituí-lo ou se a referida pessoa estiver ausente, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos, o presidente da respectiva Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Artigo 8º. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seu nome e residência e a quantidade de ações de que forem titulares, ressalvadas as hipóteses previstas na regulação quanto à participação e votação à distância em Assembleias Gerais. Parágrafo Único. O “Livro de Presença de Acionistas” será encerrado pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. Artigo 9º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 6º. §1º. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. §2º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, exceto conforme previsto na regulação aplicável quanto à realização de Assembleias Gerais em formato digital e votação à distância pelos acionistas. Artigo 10º. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; (c) eleger e destituir os diretores da Companhia e o designar as funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria; (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (e) fixar a rerr. uneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado o disposto no Artigo 11; (f) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregadosde outras sociedades controladas pela Companhia ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços; (g) suspender o exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no Artigo 120 da Lei das S.A. e no Artigo 12; (h) deliberar sobre a participação em outras sociedades e/ou associações, fundos de investimento, consórcios, <i>joint ventures</i>, empreendimentos; (i) deliberar sobre a celebração de contrato ou compromisso para aquisição e/ou alienação de ativos estranhos às atividades da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas, e/ou a realização de operações que estejam foram do curso normal dos negócios da Companhia; j) deliberar sobre qualquer alteração dos artigos do Estatuto Social, incluindo, mas não limitado a qualquer alteração ao objeto social, aumento ou redução de capital social; (k) deliberar sobre a incorporação da Companhia, ou das ações de sua emissão, em outra sociedade, sua fusão, cisão, transformação ou dissolução, seguindo o quórum legal; e (l) deliberar sobre a criação de reservas de capital, exceto as obrigatórias. Artigo 11º. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos administradores. Artigo 12º. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. §1º. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei. §2º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação. Artigo 13º. É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no Artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. Capítulo IV. Administração. Artigo 14º. A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 15º. Os administradores são investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, prestando as informações exigidas por lei, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, nos termos do Artigo 149, §1º da Lei das S.A. Artigo 16º. O prazo de gestão dos membros da Diretoria será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos, nos termos do Artigo 150, §5º da Lei das S.A. Artigo 17º. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Compete a cada um dos membros da Diretoria, no âmbito de suas funções e atribuições conforme previstas neste Estatuto Social: (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (ii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social; e (iii) coordenar as atividades das sociedades controladas da Companhia. Artigo 18º. A Diretoria será composta por no máximo 3 (três) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e até 2 (dois) Diretores sem designação específica, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para sucessivos mandatos. Artigo 19º. Ressalvados os casos previstos no Parágrafo Único deste Artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) de dois diretores; ou (b) de dois procuradores com poderes específicos. Parágrafo Único. A Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente, por um Diretor sem Designação Específica ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos na prática dos seguintes atos: (a) representação da Companhia em atos de rotina realizados fora da sede social; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades ou entidades da qual participe; (c) representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; ou (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos reguladores, repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. Artigo 20º. As procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) membros da Diretoria, que estabelecerão os poderes do procurador e, excetando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência. Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 21º. A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros, e suplentes em igual número, que exercerá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos pela Lei das S.A. e funcionaa em caráter não permanente, somente sendo instalado, pela Assembleia Geral, mediante solicitação de acionistas representando o quórum exigido por lei. Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição. Parágrafo Segundo. Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocL para seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para completar o mandato remanescente. Parágrafo Quarto. Os membros do Conselho Fiscal deverão receber remuneração, a ser fixada pela Assembleia Geral. Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 22º. O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Parágrafo Segundo. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Parágrafo Terceiro. Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até o limite legal. Artigo 23º. Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A., a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Todas as ações ordinárias da Companhia participarão em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio. Capítulo VII. Liquidação. Artigo 24º. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração. Capítulo VIII. Disposições Gerais. Artigo 25º. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social e que não conflitem com o disposto no presente Estatuto, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações ou outros valores mobiliários contrários aos respectivos termos e, ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos. Artigo 26º. A Companhia, seus acionistas, diretores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionista, diretor ou membro do Conselho Fiscal, conforme o caso, em especial, as decorrentes das disposições contidas neste Estatuto Social e nas disposições da Lei das S.A. Artigo 27º. É vedada a doação, pela Companhia, seja em espécie ou em bens, a quaisquer partidos políticos, campanhas eleitorais, candidatos e comitês afins, seja direta ou indiretamente. Artigo 28º. Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. São Paulo/SP, 14 de março de 2022.</p> |

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Toméa S.A.

CNPJ nº 45.892.951/0001-50 - NIRE 35300590139

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 05 de junho de 2024

I. Data, Horário e Local: Realizada em 5 de junho de 2024 às 10h00min, por meio eletrônico, sendo tida como realizada na sede social da Tomea S.A. (“**Toméa**” ou “**Companhia**”), na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Quínze de Novembro, 275, 10º andar, sala 1, Centro, CEP 01.013-906. **II. Composição da Mesa:** Presidente: Marcos Vanderlei Belini Ferreira; Secretária: Débora Benassi. **III. Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **IV. Presença:** Compareceram à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social, quais sejam: **(a)** B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sociedade anônima aberta, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, CEP 01.010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25, representada por seu Vice-Presidente da Unidade de Infraestrutura para Financiamentos, Sr. Marcos Vanderlei Belini Ferreira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.127.867-3 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 203.593.732-91, residente na Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, Centro, CEP 01010-901 (“**B3**”); e **(b)** BLK Sistemas Financeiros LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 174, 6º andar, Laboratório 1, CEP 01.009-903, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.477.474/0001-01, representada por seu Diretor André Veiga Milanez, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.681.961 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 272.694.978-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Líbero Badaró, nº 174, 6º andar, Laboratório 1, CEP 01.009-903 (“**BLK**”). **V. Ordem do Dia:** **1 – Em Assembleia Geral Ordinária:** **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(ii)** eleger os membros da Diretoria. **2 – Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** alterar as regras de representação da Sociedade perante terceiros, com a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia em decorrência do item anterior (em conjunto, a “**Ordem do Dia**”). **VI. Deliberações:** após exame, análise e discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas, sem quaisquer restrições ou ressalvas, aprovou: a lavratura da presente ata na forma de sumário, e foram deliberadas as seguintes matérias da Ordem do Dia: **1 – Em Assembleia Geral Ordinária:** i. Aprovar as contas relativas ao referido exercício, consignando que a Companhia não realizou movimentações financeiras no exercício social encerrado em 31/12/2023. ii. Eleger os membros da Diretoria da Tomea, para cumprir um mandato de dois anos, os Srs.: (a) **Marcos Vanderlei Belini Ferreira**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.127.867-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 203.593.732-91, para o cargo de **Diretor Presidente**; (b) **André Veiga Milanez**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.681.961 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 272.694.978-93, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e (c) **Rodrigo Antonio Nardoni Gonçalves**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.322.927-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 179.451.738-37, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica** todos residentes na Capital do Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, Centro. Os Diretores ora eleitos tomam posse, neste ato, mediante (a) a assinatura dos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, termos estes arquivados na sede social da Companhia e, (b) a apresentação das declarações de desimpedimento, consoante a legislação aplicável. **2 – Em Assembleia Geral Extraordinária:** i. Alterar as regras de representação da Companhia perante terceiros, com a consequente alteração dos Artigos 19 e 20 do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 19º. Ressalvados os casos previstos no Parágrafo Único deste Artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) de dois diretores; (b) de um diretor com um procurador com poderes específicos; ou (c) de dois procuradores com poderes específicos. §1º. A Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente, por um Diretor sem Designação Específica ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos na prática dos seguintes atos: (a) representação da Companhia em Assembleias e Reuniões de Sócios de entidades das quais participe; (b) representação da Companhia com poderes *adjudicia*, incluindo *et extra*, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; ou (c) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os realizados fora da sede social, perante órgãos reguladores, repartições públicas, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras entidades com o mesmo propósito de atuação. §2º. Para fins da alínea “c” deste artigo, considera-se como atos de simples rotina administrativa aqueles que não importem em assunção e/ou desoneração de obrigação pela Companhia para com terceiros, incluindo, mas não se limitando à assinatura de correspondências, declarações, notificações, cartas, ofícios, requerimentos, entre outros documentos não vinculativos. Artigo 20º. As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, que estabelecerão os poderes do(a) procurador(a) e terão sempre prazo determinado de vigência, excetuando-se as outorgadas para fins de representação *adjudicia*, incluindo *et extra*, e representações em processos administrativos, incluindo, mas sem limitar, perante órgãos públicos, reguladores e autarquias. ii. Alterar o inteiro teor e consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir da presente data, na forma do Anexo I desta ata. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrada e aprovada esta ata, foi ela assinada pelos presentes. São Paulo, 05 de junho de 2024. Mesa: Marcos Vanderlei Belini Ferreira, Presidente da Mesa; Débora Benassi, Secretária. Acionistas: **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**, Marcos Vanderlei Belini Ferreira, Vice-Presidente da Unidade de Infraestrutura e Financiamento; **BLK Sistemas Financeiros Ltda**, André Veiga Milanez, Diretor.**

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Toméa S.A. (“**Companhia**”) é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, n.º 275, 10º andar, sala 1, Centro, CEP 01.013-001. podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do País ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social exercer as seguintes atividades: **I.** Prestação de serviços de registradora e depositária central de ativos financeiros, valores mobiliários e de quaisquer bens ou outros ativos, bem como de prestação de serviços de guarda de bens e outros ativos; **II.** Prestação de serviços de registro de ônus e gravames sobre valores mobiliários, títulos, ativos, financeiros ou não, e outros instrumentos financeiros, inclusive de registro de instrumentos de constituição de garantia, nos termos da regulamentação aplicável; **III.** Constituição de banco de dados e atividades correlatas, incluindo processamento e inteligência de dados; **IV.** Prestação de serviços relacionados aos dados processados, envolvendo assuntos que interessem à Companhia e aos participantes dos mercados em que ela direta ou indiretamente atua, incluindo, mas não se limitando a padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; **V.** Prestação de serviços relacionados (i) a operações registradas nos mercados e sistemas administrados pela Companhia, e (ii) ao suporte a operações de crédito, financiamento e arrendamento mercantil, ou a operações registradas nos sistemas administrados pela Companhia e outros mercados e segmentos afins, inclusive por meio do licenciamento e operação de sistemas e plataformas de tecnologia da informação envolvendo, dentre outros, o segmento de veículos automotores, o setor imobiliário, o mercado de energia, agronegócio, seguros, resseguros, previdência, títulos de capitalização e consórcios, nos termos da regulamentação aplicável; **VI.** Prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, incluindo, mas não se limitando a, serviços auxiliares a análises de clientes e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro; **VII.** Exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados; e **VIII.** Participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalmente integralizado e dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo Único.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Artigo 6º.** A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, mediante convocação do Diretor Presidente, na forma da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei das S.A., com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Artigo 7º, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses. **Parágrafo Quarto.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo Quinto.** Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior. **Parágrafo Sexto.** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo Sétimo.** A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. **Parágrafo Oitavo.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente. Em caso de ausência do Diretor Presidente e, caso este não tenha indicado pessoa para substituí-lo ou se a referida pessoa estiver ausente, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos, o presidente da respectiva Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Artigo 8º.** Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seu nome e residência e a quantidade de ações de que forem titulares, ressalvadas as hipóteses previstas na regulação quanto à participação e votação à distância em Assembleias Gerais. **Parágrafo Único.** O “Livro de Presença de Acionistas” será encerrado pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 6º, §1º. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. §2º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, exceto conforme previsto na regulação aplicável quanto à realização de Assembleias Gerais em formato digital e votação à distância pelos acionistas. **Artigo 10º.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; **(c)** eleger e destituir os diretores da Companhia e o designar as funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria; **(d)** eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado; **(e)** fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado o disposto no Artigo 11; **(f)** aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades controladas pela Companhia ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços; **(g)** suspender o exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no Artigo 120 da Lei das S.A. e no Artigo 12; **(h)** deliberar sobre a participação em outras sociedades e/ou associações, fundos de investimento, consórcios, *joint ventures*, empreendimentos; **(i)** deliberar sobre a celebração de contrato ou compromisso para aquisição e/ou alienação de ativos estranhos às atividades da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas, e/ou a realização de operações que estejam foram do curso normal dos negócios da Companhia; **(j)** deliberar sobre qualquer alteração dos artigos do Estatuto Social, incluindo, mas não limitado a qualquer alteração ao objeto social, aumento ou redução de capital social; **(k)** deliberar sobre a incorporação da Companhia, ou das ações de sua emissão, em outra sociedade, sua fusão, cisão, transformação ou dissolução, seguindo o quórum legal; e **(l)** deliberar sobre a criação de reservas de capital, exceto as obrigatórias. **Artigo 11º.** A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos administradores. **Artigo 12º.** A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. §1º. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei. §2º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação. **Artigo 13º.** É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no Artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo IV. Administração. Artigo 14º.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 15º.** Os administradores são investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, prestando as informações exigidas por lei, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, nos termos do Artigo 149, §1º da Lei das S.A. **Artigo 16º.** O prazo de gestão dos membros da Diretoria será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos, nos termos do Artigo 150, §5º da Lei das S.A. **Artigo 17º.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Compete a cada um dos membros da Diretoria, no âmbito de suas funções e atribuições conforme previstas neste Estatuto Social: (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (ii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social; e (iii) coordenar as atividades das sociedades controladas da Companhia. **Artigo 18º.** A Diretoria será composta por no máximo 3 (três) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e até 2 (dois) Diretores sem designação específica, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para sucessivos mandatos. **Artigo 19º.** Ressalvados os casos previstos no Parágrafo Único deste Artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: **(a)** de dois diretores; **(b)** de um diretor com um procurador com poderes específicos; ou **(c)** de dois procuradores com poderes específicos. §1º. A Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente, por um Diretor sem Designação Específica ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos na prática dos seguintes atos: **(a)** representação da Companhia em Assembleias e Reuniões de Sócios de entidades das quais participe; **(b)** representação da Companhia com poderes *adjudicia*, incluindo *et extra*, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; ou **(c)** prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os realizados fora da sede social, perante órgãos reguladores, repartições públicas, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras entidades com o mesmo propósito de atuação. §2º. Para fins da alínea “c” deste artigo, considera-se como atos de simples rotina administrativa aqueles que não importem em assunção e/ou desoneração de obrigação pela Companhia para com terceiros, incluindo, mas não se limitando à assinatura de correspondências, declarações, notificações, cartas, ofícios, requerimentos, entre outros documentos não vinculativos. **Artigo 20º.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, que estabelecerão os poderes do(a) procurador(a) e terão sempre prazo determinado de vigência, excetuando-se as outorgadas para fins de representação *adjudicia*, incluindo *et extra*, e representações em processos administrativos, incluindo, mas sem limitar, perante órgãos públicos, reguladores e autarquias. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 21º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros, e suplentes em igual número, que exercerá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos pela Lei das S.A. e funcionará em caráter não permanente, somente sendo instalado, pela Assembleia Geral, mediante solicitação de acionistas representando o quórum exigido por lei. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição. **Parágrafo Segundo.** Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **Parágrafo Terceiro.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivosuplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para completar o mandato remanescente. **Parágrafo Quarto.** Os membros do Conselho Fiscal deverão receber remuneração, a ser fixada pela Assembleia Geral. **Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 22º.** O exercício social coincide com o ano civil. O término de cada exercício social será elaborado as demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Segundo.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Terceiro.** Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até o limite legal. **Artigo 23º.** Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A., a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Todas as ações ordinárias da Companhia participarão em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 24º.** A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração. **Capítulo VIII. Disposições Gerais. Artigo 25º.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social e que não conflitem com o disposto no presente Estatuto, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações ou outros valores mobiliários contrárias aos respectivos termos e, ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos. **Artigo 26º.** A Companhia, seus acionistas, diretores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionista, diretor ou membro do Conselho Fiscal, conforme o caso, em especial, as decorrentes das disposições contidas neste Estatuto Social e nas disposições da Lei das S.A. **Artigo 27º.** É vedada a doação, pela Companhia, seja em espécie ou em bens, a quaisquer partidos políticos, campanhas eleitorais, candidatos e comitês afins, seja direta ou indiretamente. **Artigo 28º.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DM Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 36.238.874/0001-29 – NIRE 35.300.548.710

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 08 de agosto de 2025, às 08:30 horas, na sede social da **DM Securitizadora S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.238.874/0001-29, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Bloco 02, Sala 08, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870 (**"Companhia"**). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das S.A."**). **3. Mesa:** Sr. Denis Cesar Correia (**"Presidente"**); e Sr. Tharik Camocardi de Moura (**"Secretário"**). **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberação sobre a alteração da razão social da companhia de **DMCard Securitizadora S.A.** para **DM Securitizadora S.A.**; (ii) Deliberação sobre a alteração do artigo 1º do Estatuto Social da companhia, para refletir a nova razão social aprovada; e a sua consequente consolidação; (iii) Alteração do Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia, para modificar a composição da Diretoria, que passará a ser composta apenas por um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, com a exclusão do cargo de Diretor sem Designação Específica; (iv) Consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração do item "f", acima, e autorização para sua publicação em formato resumido; e (v) Autorização para os administradores tomarem todas as providências necessárias para efetivar a alteração perante os órgãos competentes. **5. Deliberações:** Após analisarem as matérias constantes da ordem do dia, as acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberaram por unanimidade, aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, bem como: a. Aprovar a alteração da razão social da companhia de DMCard Securitizadora S.A. para DM Securitizadora S.A. b. Aprovar a alteração do artigo 1º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 1º. A DM Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. c. Aprovar a alteração do Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 15º. A Diretoria é composta por um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. i. Resta ratificado o mandato dos seguintes membros efetivos da Diretoria da Companhia, cujos mandatos seguirão vigentes até 15 de abril de 2026, conforme aprovado na AGO de 15.04.2024: (i) **Denis César Correia**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.446.916-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 103.540.518-06, para o cargo de **Diretor Presidente**; e (ii) **Tharik Camocardi de Moura**, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.942.901-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 369.358.358-79, ambos com endereço profissional na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 15, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para o cargo de **Diretor Financeiro**; ii. Fica, portanto, destituído o Diretor sem Designação Específica, Juan Pablo Garcia Agudo, de suas funções administrativas, em razão da extinção do cargo ora aprovada. d. Os acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações aprovadas na presente Assembleia, conforme texto consolidado constante do **Anexo I** desta ata, substituindo integralmente a redação anterior. Fica, também, autorizada a publicação do Estatuto Social consolidado em formato resumido, nos termos do § 5º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, com a indicação de que a íntegra do documento estará disponível na sede da Companhia. e. Autorizar os administradores da companhia a tomarem todas as medidas necessárias para a implementação da alteração aprovada, incluindo o protocolo e registro da ata e do Estatuto Social consolidado perante a Junta Comercial e demais órgãos competentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no art. 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada na unanimidade das acionistas, juntamente com os membros da mesa. **7. Assinaturas: Mesa:** Denis Cesar Correia, como Presidente, e Tharik Camocardi de Moura, como Secretário. **Acionistas:** DM Instituição de Pagamento S.A., representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura e DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São José dos Campos, 08 de agosto de 2025. **Mesa:** **Denis Cesar Correia** – Presidente; **Tharik Camocardi de Moura** – Secretário. **Acionistas:** **DM Instituição de Pagamento S.A.** Denis Cesar Correia – Diretor Presidente, Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro; **DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda.** Denis César Correia – Diretor Presidente, Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo I DM Securitizadora S.A.** CNPJ/ME: 36.238.874/0001-29 NIRE: 35.300.548.710. **Estatuto Social. Capítulo I –** Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. **Artigo 1º. A DM Securitizadora S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de títulos e valores mobiliários lastreados em tais ativos; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos. **Parágrafo Primeiro** – No âmbito das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia: (a) somente será permitida a recompra de tais direitos creditórios por seus cedentes originais, se realizada à vista e (b) será permitida a substituição dos direitos creditórios, nos termos a serem definidos nos respectivos instrumentos de emissão dos títulos e valores mobiliários celebrados pela Companhia. **Parágrafo Segundo** – Estão incluídas no objeto social da Companhia as seguintes atividades: (a) a gestão e a administração dos direitos creditórios supracitados; (b) a aquisição e a alienação de títulos representativos de direitos creditórios; (c) a recompra, a revenda ou o resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais; (d) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização; e (e) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Parágrafo Terceiro** – Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos pela Companhia: (a) transferência do controle da Companhia; (b) incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; e (c) cessão dos direitos creditórios objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a eles ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação relativa à emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **Parágrafo Quarto** – O disposto no **Parágrafo Terceiro** acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor nominal de referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Quinto** – Tendo em vista que a formalização dos atos descritos nos subitens (a) e (b) do **Parágrafo Terceiro** acima é realizada total ou parcialmente nos Livros de Registro de Ações da Companhia, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas no **Parágrafo Terceiro**, sendo que qualquer operação realizada em desacordo com o ali disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros. **Parágrafo Sexto** – A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de quaisquer outras sociedades ou grupo de sociedades. **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, bloco 02, sala 08, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II –** Do Capital Social e das Ações. **Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Único** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável,**

sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Artigo 6º.** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III –** Da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretário. **Parágrafo Terceiro** – O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das S/A"**). **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S/A e sobre as seguintes matérias, respeitando o quórum qualificado equivalente à aprovação de ações representativas de 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia: **a)** a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela Companhia, incluindo juros sobre capital próprio, observado o disposto no Capítulo VII do presente Estatuto Social; **b)** fixação de orientações gerais dos negócios da Companhia; **c)** eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação das respectivas atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; **d)** fiscalização da gestão dos Diretores, exame, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, bem como solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; **e)** qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto no **Parágrafo Primeiro** abaixo; **f)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; **g)** previamente à celebração de todos e quaisquer contratos, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **h)** deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão, observado o disposto no **Parágrafo Primeiro** abaixo; **i)** autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no **Artigo 22º**, **Parágrafo terceiro** acima; **j)** escolher e destituir os auditores independentes; **k)** discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício; **l)** eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; **e m)** aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia, observado o disposto no **Artigo 22º**, **Parágrafo terceiro** acima. **Parágrafo Primeiro** – Dependendo da prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, conforme disposições previstas nos respectivos instrumentos de emissão dos referidos títulos e valores mobiliários, as deliberações da Assembleia Geral referentes a: (a) alterações deste Estatuto Social, desde que modifiquem os Artigos 2º e/ou 9º e/ou o Capítulo VII abaixo; (b) a emissão de ações, salvo se totalmente subscritas e integralizadas pelos próprios acionistas da Companhia, nas proporções das ações atualmente detidas, e se tais novas ações, conforme o caso, forem automaticamente submetidas à eventual garantia de alienação fiduciária de ações prestada em garantia das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia nos termos do subitem (h) acima; e (c) debêntures ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários, acima dos eventuais limites previamente autorizados nos instrumentos de emissão dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos do subitem (h) acima. **Parágrafo Segundo** – Os acionistas poderão alienar fiduciariamente suas ações de emissão da Companhia, desde que em garantia das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, hipótese em que deverão ser observadas quaisquer outras restrições ao exercício do direito de voto dos acionistas que venham a ser previstas no respectivo instrumento de alienação fiduciária de ações, sob pena de tais votos serem considerados nulos de pleno direito, não sendo oponíveis à Companhia ou a terceiros quaisquer atos praticados pela Companhia em decorrência de tais votos. **Capítulo IV –** Da Administração. **Artigo 10º.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 11º.** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 12º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V –** Da Diretoria. **Artigo 13º.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 14º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. **Artigo 15º.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 16º.** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia. **Parágrafo Único** – A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e deverá conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que as procurações ad judicium poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos neste Estatuto Social. **Artigo 17º.** Não obstante o disposto no **Artigo 9º** acima, todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administração da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da DMCard Participações S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.586.447/0001-22, com sua sede localizada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, devidamente arquivado na sede social de referida companhia (**"Acordo de Acionistas"**), sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticado em desacordo com referido Acordo de Acionistas. **Capítulo VI –** Do Conselho Fiscal. **Artigo 18º.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII –** Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. **Artigo 19º.** O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 20º.** Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. **Parágrafo Primeiro** – No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das S/A. **Parágrafo Segundo** – O saldo de lucros do exercício findo ou dos lucros acumulados ficará à disposição da Assembleia Geral, a qual determinará a sua distribuição no todo ou em parte. **Parágrafo Terceiro** – Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **Capítulo VIII –** Da Liquidação da Companhia. **Artigo 21º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX –** Das Disposições Finais. **Artigo 22º.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. **Artigo 23º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X –** Arbitragem. **Artigo 24º.** Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 303.900/25-8 em 27/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

realizada em 1º de agosto de 2025. Lavrada na Forma de Sumário

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 1º de agosto de 2025, às 16h00, por meio eletrônico nos termos da INV/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença e/ou boletim/indicação de voto de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (**"Conselho"**), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e: **(I)** aprovar: **(i)** Regimento Interno do Comitê de Ética; **(ii)** Política de Investimento; **(iii)** Regimento Interno da Estrutura de Fiscalização e Supervisão; **(iv)** Política de Gestão de Riscos e Controles Internos; **(v)** Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos; **(vi)** Política de Gestão de Continuidade de Negócios; **(vii)** Plano de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres; **(viii)** Plano de Recuperação ou Saída Ordenada; **(ix)** Matriz de Riscos; **(x)** Matriz de Riscos Gerais; **(xi)** Plano de Gestão de Crise; **(xii)** Business Impact Analysis – BIA. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio). São Paulo, 1º de agosto de 2025. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edívar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otávio Saliba Furtado; Marco Racy Kherialah; Vivian Yu Wai Yiu; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 305.282/25-6 em 28/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

B.Drops S.A.

CNPJ/MF nº 12.787.333/0001-91 – NIRE 35.300.508.661

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os Acionistas da **B.Drops S.A. ("Companhia")** são convocados para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **16 de setembro de 2025**, às **16h00**, na sede da Companhia, situada na **Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 5º andar, conjunto F.H., Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 04536-000. Ordem do Dia – Assembleia Geral Ordinária:** **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2024; **3.** Eleger os membros da Diretoria para novo mandato com duração de 1 (um) ano, a se encerrar na data da AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31/12/2025. (André Nitirini Guidolin – Diretor Presidente, Frederico Cristiano Naspolini Viante – Diretor sem designação específica e Felipe Gustavo Naspolini Viante – Diretor sem designação específica); Os documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral estarão disponíveis na sede da Companhia para consulta e serão enviados aos Acionistas que solicitarem a sua participação na Assembleia Geral, nos termos desse edital de convocação, publicados conforme descrito pelo Art. 294, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os Acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral deverão apresentar o instrumento de procuração válida, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. São Paulo, 02 de setembro de 2025. **Frederico Cristiano Naspolini Viante** – Diretor.

(03, 04 e 05/09/2025)

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2025

Data, Hora e Local: Ao 6º (sexto) dia do mês de agosto de 2025, às 18h00, em reunião realizada de forma exclusivamente digital, em conformidade com Artigo 19 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, os Srs. Bernardo Dantas Rodenburg, Luis Felipe Cruz, Murilo Ramos Neto, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Ricardo Saad Afonso, nos termos do Artigo 20, § 2º do Estatuto Social da Companhia e Artigo 16 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Murilo Ramos Neto; e Secretária: Aline Vieira Ferraz. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aprovação da alienação, pela Companhia e sua subsidiária, a **Qualicorp Administração e Serviços Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.106, 12º andar, parte, Bela Vista, CEP 01310-914, inscrita no CNPJ sob nº 03.609.855/0001-02 (**"Qualicorp Serviços"**), da integralidade das quotas representativas do capital social da controlada da Companhia, a **Gama Saúde Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingú, nº 512, 17º andar, sala 1704 (parte), Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-030, inscrita no CNPJ sob nº 02.009.924/0001-84 (**"Gama"**), (**"Operação"**); e **(ii)** a autorização da prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação da deliberação tomada com relação à matéria objeto desta ordem do dia, incluindo a celebração do respectivo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, bem como de quaisquer contratos ou documentos acessórios necessários para consumação da Operação. **Deliberações:** Após exame e discussão de todos os assuntos da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem reservas: **(i)** Conforme material apresentado e disponibilizado pela Diretoria aos Membros do Conselho de Administração e arquivado na Companhia, aprovar a alienação da Gama e realização da Operação; e **(ii)** Autorizar a prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação da conclusão das negociações da Operação, incluindo a prática de todos os atos e a assinatura de quaisquer instrumentos necessários à efetivação da Operação. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 6 de agosto de 2025. **Presidente** – Murilo Ramos Neto; **Secretária** – Aline Vieira Ferraz. **Membros presentes do Conselho de Administração:** Murilo Ramos Neto, Bernardo Dantas Rodenburg, Ricardo Saad Afonso, Luis Felipe Cruz e Ricardo Bottas. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do **Parágrafo 3º** do Artigo 130 da Lei das S.A. **Aline Vieira Ferraz** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.589/25-2 em 22/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

